



Caminhos de luta: historicidade, desafios e transformações no percurso do Assentamento Porto Seguro, Marabá, Pará

Janaina Almeida Santos¹

Flávia Cristina Araújo Lucas²

Airton dos Reis Pereira³

RESUMO: O objetivo dessa pesquisa foi descrever o processo histórico da luta pela criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro identificando e analisando as mudanças que ocorreram no seu espaço geográfico, a partir das relações humanas e histórias de vida dos agricultores. O estudo foi desenvolvido com oito assentados e baseou-se em pesquisa qualitativa, que incluiu o método de história oral temática, análise documental e anotações de campo. A análise espaço-temporal fora construída através do *software* QGIS 3.10 e da base gratuita de dados geoespaciais MapBiomias, coleção 4.1. As estratégias adotadas ao longo do processo de luta e resistência se deram através de ocupações, ações coletivas e organizadas que foram essenciais na conquista de direitos à terra que são direitos de respeito à dignidade humana. Com a criação do PDS os esforços em permanecerem e sobreviverem na terra se remodelaram impactando diretamente o crescimento socioeconômico dos assentados. As transformações ocorridas no espaço geográfico demonstram predominância de vegetação nativa e organização produtiva fundamentada em conhecimentos tradicionais para o uso sustentável e conservação dos recursos vegetais por meio da agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Agrária; Agricultura Familiar; História Oral; Acesso à Terra.

PATHS OF STRUGGLE: HISTORICITY, CHALLENGES AND TRANSFORMATIONS IN THE COURSE OF THE PORTO SEGURO SETTLEMENT, MARABÁ, PARÁ

ABSTRACT: The objective of this research was to describe the historical process of the struggle for the creation of the Sustainable Development Project Porto Seguro, identifying and analyzing the changes that took place in its geographic space, from the human relationships and life histories of the farmers. The study was developed with eight settlers and was based on qualitative research, which included the thematic oral history method, document analysis and field notes. The spatiotemporal analysis was built using the QGIS 3.10 software and the free geospatial database MapBiomias, collection 4.1. The strategies adopted throughout the process of struggle and resistance took place through occupations, collective and organized actions that were essential in the achievement of land rights that are rights of respect for human dignity. With the creation of the PDS, the efforts to remain and survive on the land were remodeled, directly impacting the socioeconomic growth of the settlers. The transformations that have taken place in the geographic space demonstrate the predominance of native vegetation and productive organization based on traditional knowledge for the sustainable use and conservation of plant resources through family farming.

¹Agrônoma. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará. E-mail: janairaalmeida14@gmail.com

²Doutora em Ciências Biológicas. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará. E-mail: copaldoc@yahoo.com.br

³Doutor em História. Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará. E-mail: airton@uepa.br

KEYWORDS: Agrarian Reform; Family farming; Oral History; Access to Earth.

INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, a partir da década de 1960, passou a ser marcada por uma série de políticas e estratégias governamentais que visaram o processo de ocupação dos denominados “espaços vazios” por meio de projetos de colonização, estímulos à migração por intermédio de uma propaganda prometendo terra, trabalho, lucro fácil às pessoas, créditos, incentivos fiscais, entre outros (OLIVEIRA; CARLEIAL, 2013; GUIMARÃES NETO, 2014; HÉBETTE, 2004, v.2). Esse modelo de “progresso” se fundamentava, principalmente, na propriedade da terra, na exploração dos recursos naturais e nos volumosos recursos públicos destinados a inúmeros grandes proprietários rurais e empresas privadas nacionais e estrangeiras (PEREIRA, 2015).

Em decorrência da implantação dessas políticas que atraíram migrantes para a região, as transformações que ocorreram no processo de povoamento do espaço amazônico motivaram conflitos e violências que ocasionaram dinâmicas distintas de luta pela terra envolvendo trabalhadores rurais, grandes latifundiários e aparelhos do Estado. É nesse contexto, pautado na luta dos movimentos sociais que os assentamentos rurais surgem e se assumem como marco conceitual na política de reforma agrária se desdobrando em novas perspectivas de produção, renda, moradia e condições dignas de vida e de trabalho (SOUSA; BERNARDO, 2017; COSTA; PORRO, 2019).

Na definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela política de reforma agrária no Brasil, *assentamento rural* é um conjunto de unidades agrícolas, independentes entre si, que é entregue a famílias sem condições econômicas para explorá-la utilizando exclusivamente mão de obra familiar (INCRA, 2020). Logo, o assentamento rural é a forma concreta de se fazer reforma agrária e de fortalecer e ampliar a agricultura familiar.

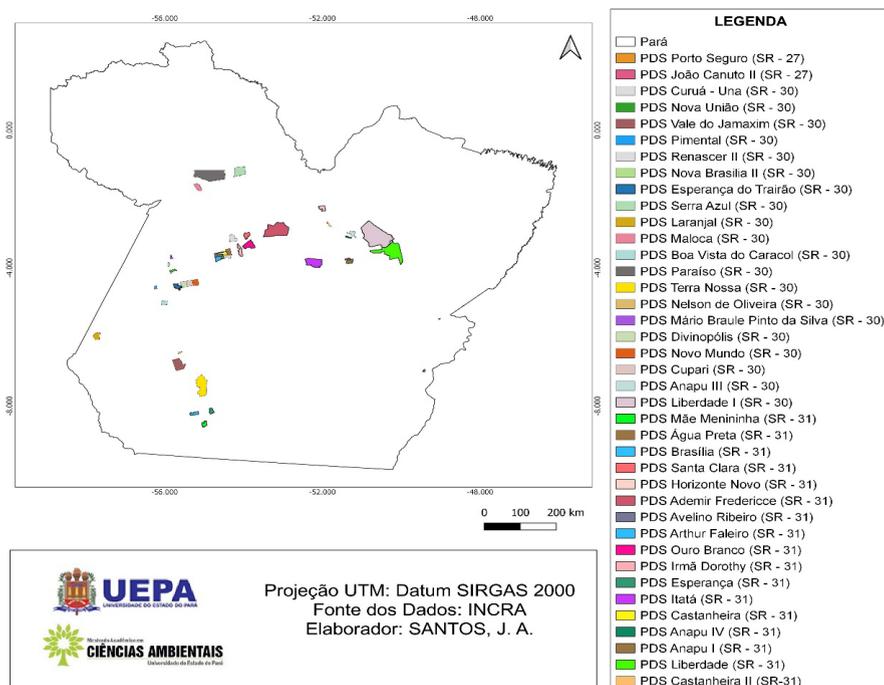
Para além disso, Alves (2019) define assentamento rural como o espaço que produz histórias dos processos políticos e sociais de trabalhadores rurais que o conquistaram e transformaram em um território com uma identidade própria. A abordagem territorial que envolve o assentamento rural comporta não só a questão limítrofe, como também as lutas e vivências que são transportadas e se reconstróem na coletividade, formando novos territórios, novas territorialidades (ALMEIDA, 2016).

De acordo com a classificação do Incra, no Brasil os projetos de assentamentos rurais podem ser *convencionais*, que têm como finalidade a redistribuição e colonização de terras, estando o desenvolvimento sustentável em segundo plano, e em *ambientalmente diferenciados* que são uma resposta às crescentes preocupações a respeito dos danos ambientais ocasionados pelos projetos de assentamentos. Fazem parte da modalidade ambientalmente sustentável os Agroextrativistas (PAE),

os Agroflorestais (PE) e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (LE TOURNEAU; BURSZTYN, 2010; SOARES, 2017).

O PDS é uma modalidade de assentamento ambientalmente diferenciado criado pela Portaria nº 477/99 do Incra, e regulamentado pela Portaria/Incra nº 1.032 de 25 de outubro de 2000, que se destaca por ser de interesse social e ecológico destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e outras atividades de baixo impacto ambiental (BRASIL, 2000). No Pará⁴ existem 39 assentamentos criados na modalidade PDS que correspondem a apenas 3,4% do total dos assentamentos (Figura 1). Destes, 37 se localizam na área de abrangência da Superintendência Regional de Santarém (SR-30) e 2 na Superintendência Regional de Marabá (SR-27): PDS João Canuto II, em Xinguara, e PDS Porto Seguro, em Marabá (INCRA, 2019).

Figura 1 - Localização dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no estado do Pará.



Fonte: INCRA, 2019.

⁴ SR-1 – Belém: 397 projetos de assentamentos (97.997 famílias assentadas); SR-27 – Sul do Pará (Marabá): 513 Projetos de Assentamentos (72.077 famílias assentadas); e SR - 30 – Santarém: 227 projetos de assentamentos (75.944 famílias assentadas). Total de 1.137 projetos de assentamentos e 246.018 famílias assentadas no Estado (INCRA/SIPRA, 01/08/2019).

Monteiro *et al.* (2019) ressaltam que é por meio dos projetos de assentamentos diferenciados que as comunidades tradicionais na Amazônia conquistaram do Estado a possibilidade de reconhecimento coletivo de seus territórios salvaguardando formas particulares de modos de vida, usos da terra, conotação territorial, organização do espaço produtivo, dentre outras. Em virtude dessas especificidades cada assentamento exprime uma trajetória única no seu caminhar de criação, na ativação de uma memória coletiva de luta e ocupação, que legitima os atores que protagonizam estas disputas (MICHELOTTI, 2009).

Diante desse contexto, este artigo objetiva descrever o processo de criação do PDS Porto Seguro identificando e analisando as mudanças que ocorreram no seu espaço geográfico. O presente texto é apresentado em uma linha do tempo, antes e depois do assentamento, e remete às diversas representações geradas nesta área. Para contemplar esta abordagem foram propostas as seguintes perguntas: Quais foram os elementos históricos que marcaram a ocupação das terras da antiga Fazenda Balão II, culminando na criação do PDS Porto Seguro? Qual o panorama atual do assentamento? Como a cobertura florestal se apresentava antes da chegada dos ocupantes à área e comparada aos dias atuais?

METODOLOGIA

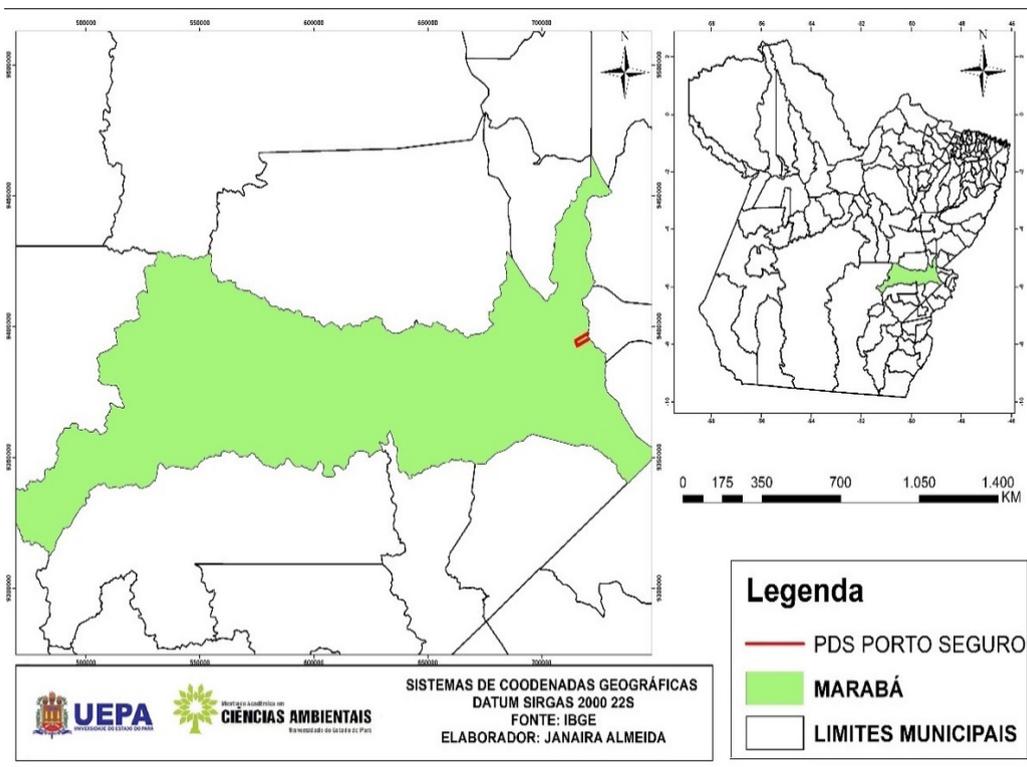
ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida no município de Marabá (5°22'12"S; 49°07'1"O), mesorregião do sudeste paraense, a 485 Km ao sul da capital do estado, Belém. Marabá é o quarto município mais populoso do Pará com uma população estimada em 279.349 habitantes, em uma unidade territorial de 15.128,058 km² (IBGE, 2019). A localização da cidade de Marabá sempre favoreceu o extrativismo e a atividade comercial em virtude do seu núcleo de formação original ter sido constituído na foz do rio Itacaiúnas, no século XIX, que tinha, inicialmente, como ponto de apoio à exploração do caucho, e posteriormente, serviu de apoio não só à exploração da borracha, mas também da exploração de diamantes, de cristais de rocha e da castanha (*Bertholletia excelsa* Bonpl.). Mais recentemente, a mineração de cobre, estanho, ouro, alumínio, manganês, níquel e ferro (CARDOSO; LIMA, 2009; PALHETA *et al.*, 2015). Aliados a esses fatores, os planos governamentais da década de 1970, como aberturas de rodovias, os Programas Integrados de Colonização (PICs), na Transamazônica (BR-230), e a construção da hidrelétrica de Tucuruí, contribuíram para o aumento e aceleração dos deslocamentos migratórios e da expansão de atividades agrícolas e pecuárias que se traduziram em ocupação maciça e formação da estrutura social e fundiária do município (ASSIS *et al.*, 2008; ALMEIDA, 2016).

A delimitação da pesquisa integrou a zona de abrangência do Projeto de Desen-

volvimento Sustentável (PDS) Porto Seguro (Figura 2) que tem uma área de 1.069 hectares, situada na rodovia BR-155, Km 14, na Zona Rural de Marabá - PA (ALMEIDA *et al.*, 2018). A escolha do PDS Porto Seguro como local de estudo deu-se em função do projeto maior “Biodiversidade, Cultura e Sociedades Amazônicas”, que investiga a sociodiversidade em comunidades tradicionais da Amazônia paraense associadas com o manejo dos recursos naturais e ecossistemas, conversão de áreas florestais e atividades agrícolas.

Figura 2 - Mapa de localização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro.



Fonte: elaborado pelos autores.

PARTICIPANTES DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS DE AMOSTRAGEM

Participaram desta pesquisa oito agricultores familiares assentados no PDS Porto Seguro que fazem parte da Associação dos Pequenos Agricultores do Porto Seguro (ASPEAGRI) e que residem no assentamento desde a sua criação. Estas famílias relataram seus repertórios de ocupação por meio da luta e permanência na terra.

Para compor o universo amostral, houve previamente contato com a Presidente da Associação ASPEAGRI que indicou os possíveis participantes. Através dos diálogos ocorridos com os primeiros participantes, outros eram indicados e assim sucessivamente, constituindo-se na técnica de seleção da amostra “bola de neve” (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil sob o protocolo CAAE 33468920.0.0000.860 e aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Pará, conforme parecer substanciado de número 4.218.187.

COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta dos dados e percursos de campo aconteceram entre os meses de novembro de 2019 e outubro de 2020, inicialmente com visitas semanais e posteriormente de forma remota, dada a crise sanitária instaurada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Tal cenário exigiu significativas mudanças de interação social e, conseqüentemente, do andamento da pesquisa que precisou ser readequada à nova realidade. Em vista disso, foram mantidos no estudo apenas as unidades familiares (oito) em que a coleta dos dados havia sido iniciada nos meses anteriores ao agravamento da pandemia.

Assim sendo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas por meio de formulários que visaram o levantamento do histórico de ocupação da Fazenda Balão II e criação do PDS Porto Seguro, tomando como base os depoimentos e vivências dos participantes, além dos fatos que contribuíram na construção de suas identidades sociais. Utilizou-se abordagem qualitativa por meio da metodologia da História Oral, com entrevistas temáticas (GARNICA, 1998; ALBERTI, 2005; DELGADO, 2006), que priorizaram as narrativas singulares de cada pessoa, seu tempo, respeitando suas diferenças. De acordo com Meihy (2005), Delgado (2006) e Marzochi (2013), a história oral temática embasa-se no levantamento oral de um mesmo tema por meio de diferentes colaboradores que presenciaram ou testemunharam acontecimentos. Do ponto de vista do investigado, essa metodologia garante o sentido social dos depoentes que passam a entender a sequência histórica e se sentem parte do contexto em que vivem tendo liberdade para dissertar sobre sua experiência pessoal e participação de todo o processo (MEIHY, 2005; ALBERTI, 2005).

Para consultar fatos pretéritos foram feitos estímulos iniciais, que se configuraram nas seguintes três perguntas: “Como foi a chegada à área do atual assentamento?”, “Quais foram os momentos marcantes dessa trajetória?”, e “Como foi a implantação do assentamento?”. A fim de complementar a compreensão dos fatos narrados nas entrevistas foram pesquisados documentos disponíveis na Comissão Pastoral da Terra, no Ministério Público Estadual, e no Instituto Nacional de Col-

onização e Reforma Agrária. Com base na primeira pergunta, foi gerada uma nuvem de palavras (<https://www.jasondavies.com/wordcloud>) usando como entrada o número de palavras citadas pelos assentados. Esses termos foram padronizados com base em sinônimos, removendo prefixos, artigos e outros itens gramaticais.

A sistematização, tratamento e análise dos dados se deu por meio da interpretação das informações contidas nos formulários, entrevistas e anotações de campo (ALBUQUERQUE *et al.*, 2008). Estas foram classificadas por regularidades de palavras, frases, padrões de comportamento, formas de os sujeitos pensarem e acontecimentos que deram origem a categorias de codificação, conforme método proposto por Bogdan e Biklen (1994, p. 221). Através do desenvolvimento de um sistema de codificação é possível compreender a história de vida, narrativas, mobilizações e lutas dos pesquisados em prol da busca por um lote de terra (SILVA, 2018).

Para a análise espaço - temporal das mudanças que ocorreram foram construídos mapas através da instalação do *PlugIn* da base gratuita de dados geoespaciais MapBiomas, coleção 4.1, no *software* QGIS 3.10 (MOTTA, 2010). Os mapas além de possibilitarem a caracterização dos espaços, também poderão orientar as tomadas de decisões do grupo por serem uma ferramenta de extrema importância no planejamento territorial e ambiental (SANTOS *et al.*, 1981).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados oito (8) assentados que participaram ativamente do processo de criação do PDS Porto Seguro, sendo seis mulheres e dois homens, com idades entre 35 e 70 anos. Quanto às suas origens, a maioria é nascida no Pará (37%), Maranhão (37%), seguido de Goiás (13%) e Tocantins (13%), o que corresponde a um perfil bem comum observado em grande parte dos estudos populacionais envolvendo o sudeste paraense. As migrações ocorreram entre 1975 e 1989 e foram motivadas pela busca de emprego e melhores condições de vida. A maior parte dos entrevistados (83%) nasceu e cresceu na zona rural, com núcleo familiar historicamente camponês, e descende de uma tradição de moradia e trabalho agrícola de subsistência.

A VIDA ANTES DAS OCUPAÇÕES

Antes de fazerem parte da luta pela terra, os entrevistados viviam em áreas periféricas do município de Marabá e tinham uma relação de empregabilidade instável ou autônoma, trabalhando como domésticas, vendedores ambulantes, assalariados temporários em fazendas ou em carvoarias da região, caseiros ou em serviços gerais. Como estavam insatisfeitos com essas condições e viviam em estado de incerteza, foi crescendo o desejo de retornar as experiências no campo; e a inserção na luta pela terra foi motivada pela possibilidade de obtenção de melhores

condições de vida e trabalho em sua própria unidade produtiva. Segundo Pereira (2015), para os trabalhadores rurais que lutam por terra no sul e sudeste paraense, ocupar um imóvel improdutivo e nele poder morar e produzir alimentos com a sua família significa, em certa medida, uma luta por sua autonomia e liberdade em face da exploração de seu trabalho por outrem, poder decidir e agir “segundo as suas próprias determinações. Ser senhor de seu trabalho, de suas decisões e de suas sociabilidades” (p. 26).

Deu-se então início a conquista emancipatória daquele lugar que, como bem analisado por Mazzetto (2007) é uma luta de apropriação social da natureza, a qual não se encerra apenas no espaço puramente físico, de matéria inerte, abstraído de qualquer sentido, mas de relações com a terra, com a floresta, com o cultivo do alimento, com os companheiros e vizinhos desta caminhada. A mobilização social, participação nos movimentos socioterritoriais e os conflitos de naturezas diversas, sem dúvida, foram essenciais no exercício político dos agricultores e na formação de novas solidariedades neste percurso do PDS:

“Todo dia eu ia no INCRA porque o meu sonho era ter uma terra. Até que um dia fui lá e me disseram que eu só ia conseguir se me juntasse a algum movimento que tivesse esse mesmo objetivo. No dia seguinte eu já fazia parte do movimento dos sem-terra.” (E. M. L. – assentado, 54 anos).

“Nasci e me criei na roça, mas quando vim pra Marabá trabalhava vendendo lanche com meu marido. Comecei a participar dos movimentos pela terra porque queria muito ter meu chão pra poder viver e trabalhar nele.” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos)

O acesso à terra por meio da inserção nos movimentos socioterritoriais, do enfrentamento aos conflitos e da resistência se mostra como um agente transformador da exclusão social, da independência, sobrevivência e trabalho. Pois, a partir da atuação na luta pela terra, o trabalhador rural tem o despertar do pensamento livre, questionador, reflexivo e autocrítico que o leva à conscientização de que a sua atual situação não é algo acabado e definitivo (FIGUEIREDO; PINTO, 2014; MARCHETTI *et al.*, 2020).

AS OCUPAÇÕES E OS DIAS DE LUTA

O PDS Porto Seguro teve sua formação territorial a partir da Fazenda Balão II, uma área de 1.069,2410 hectares, que foi dada em aforamento⁵ a uma família elitizada

⁵ É o negócio jurídico onde o Estado transfere a particulares (foreiros) o domínio útil de áreas destinadas ao extrativismo vegetal sob pagamento de foro anual, porém, com a qualidade de senhorio direto do imóvel rural público. Ou seja, o Estado transfere o direito de exploração, o domínio útil, mas continua a manter o domínio direto (MAZUTTI, 2019).

marabaense, de influência política e econômica, com histórico de atos violentos, grilagem de terras e assassinatos por disputas de terras na região (PEREIRA, 2015). A Fazenda teve a primeira ocupação em junho de 2004, após constatação de tratar-se de uma área improdutivo, que culminou com o início do acampamento de cerca de oitenta famílias:

“Nós erámos aproximadamente 120 famílias que vivíamos acampadas na sede do INCRA aqui em Marabá. Foi no dia vinte um de junho de 2004, uma quarta-feira, as quatro horas da manhã que após lermos a bíblia, cantarmos três hinos e orarmos, saímos na quantidade de 80 famílias para a maravilhosa terra sonhada.” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos)

Em um cenário político que tinha a primeira gestão presidencial do governo Lula e Simão Jatene no governo do Pará, os trabalhadores que eram ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá (STR) e à Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (FETAGRI), alojaram-se na área sem qualquer infraestrutura e se organizaram de forma coletiva, trabalhando em roças coletivas onde produziam arroz (*Oryza sativa* L.), feijão (*Vigna unguiculata* L. Walp), mandioca (*Manihot* sp.) e hortaliças destinadas ao sustento das famílias. Nessa época, a produção ainda era insuficiente para o sustento de todos e as famílias recebiam cestas básicas do INCRA ou mesmo doadas por entidades de apoio a luta camponesa (CPT, FETAGRI e STR).

Para estes acampamentos, levavam consigo o mínimo de pertences, pois, em caso de despejo, seria mais fácil a montagem e desmontagem dos barracos. Costumavam carregar em sacos algumas peças de roupa, lençóis, utensílios domésticos, documentos e mudas de plantas, na esperança de recomeçar a vida quando fossem assentados. Durante toda a fase de acampamento as decisões aconteciam de forma democrática e cada ocupante tinha autonomia para opinar e sugerir mudanças que beneficiassem todo o grupo. Além disso, conforme os relatos obtidos, foi nessa época de convívio e interação que se construíram e reforçaram os laços de amizade e afetividade entre os ocupantes:

“No acampamento as dificuldades eram muitas, mas o companheirismo e amizade entre nós era maior que hoje. Um ajudava ao outro. Se um não tinha o outro dava, emprestava. Era tipo irmãos.” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos)

Em 2004, ano de chegada dos ocupantes à área, Marabá registrava 42 ocupações, sendo o segundo município com maior número de imóveis improdutivos

ocupados por trabalhadores rurais no Brasil (dados do relatório Dataluta, 2004), se consolidando como área estratégica e emergente de reforma agrária. Para estes grupos fortemente engajados, a conquista dos novos territórios de moradia foi ato de difícil decisão que impunha coragem para lidar com tantas transformações na vida. Como por exemplo, morar sob lonas em ambientes precários, sem água potável, luz e infraestrutura de saneamento, alimentação escassa etc.; além da superação dos medos impostos pela imprevisibilidade quanto à conquista da terra, e de prováveis ameaças de morte e intimidações tão comuns nessa região marcada por conflitos agrários e que já vitimou centenas de trabalhadores rurais (TAVARES, 2009; PEREIRA, 2015).

Nessa perspectiva, a história do PDS Porto Seguro é marcada por vários episódios difíceis na vida dos trabalhadores rurais que estão ali hoje assentados, como foram, por exemplo os cumprimentos de Ações de Reintegração de Posse impetradas pelo fazendeiro. Todas foram realizadas por cerca de 150 policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Belém que, armados e com cavalos e cães treinados, cercavam o acampamento antes do dia amanhecer. Em quase todas as ocasiões, as crianças, homens e mulheres foram acordados com o barulho da tropa e, sobretudo, com os voos rasantes de um helicóptero da polícia. Com os despejos as famílias podiam passar até três meses aguardando resoluções internas do movimento para retornar ao imóvel ou procurar uma outra terra. Em um desses episódios, os trabalhadores rurais, com o propósito de pressionar e agilizar o processo de criação do assentamento, ocuparam a sede do INCRA em Marabá por 30 dias. Os relatos destas aflições expressam detalhes dos tempos de espera:

“Desde o dia que chegamos até o dia de ser assentado foram três ocupações e desocupações. A gente entrava na área, plantava, cuidava e a polícia vinha e tirava a gente. Não tinha conflito direto com eles, mas era um momento de muita tensão. Aí nós sempre saíamos e íamos pra beira do rio Tauarizinho que passa aqui atrás do assentamento ou íamos lá pra porta do INCRA até eles darem uma resposta. Isso levava até uns três meses pra gente poder voltar e ocupar de novo.” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos)

“Toda vez que tinha desocupação a gente saía e voltava meses depois, até que na última desocupação que teve, se não me engano foi em 2008, nós decidimos que só íamos sair se fosse pro nosso lote.” (O. A. C. – 65 anos, assentado)

“[...] as desocupações geravam muita tensão, não por parte dos agricultores, mas pela polícia que sempre ia em batalhão, com armas, cachorros,

helicóptero...Os agricultores não confrontavam. Eles saíam.” (F. A. S. – 42 anos, Agente pastoral da CPT)

Durante as reintegrações de posse as ações por parte da polícia impactavam tanto fisicamente quanto psicologicamente. As famílias eram sempre surpreendidas e assombradas nestas situações de expulsão, ficando desprotegidas e vulneráveis, sem transporte, carregando seus pertences por mais de um quilômetro. Foram inúmeras perdas materiais e abalos emocionais que levaram alguns dos trabalhadores rurais a abrirem mão dessa luta. Os conflitos diretos e violentos entre os trabalhadores rurais, a polícia e o proprietário da terra foram amenizados pela presença da CPT e demais entidades que mediavam as negociações. Aqueles que permaneceram, passaram por sucessivas reocupações e tinham como principal estratégia a permanência por meio da resistência:

“[...] a Ouvidoria Agrária Regional havia montado um esquema para retirar os sem-terras, tendo em vista que alugou dois ônibus e dois caminhões para o transporte dos colonos e dos objetos pessoais deste. Tudo em vão! Os trabalhadores rurais, em verdade, não estavam mesmo dispostos a desocupar a fazenda Balão II, tendo em vista que não arrumaram as bagagens. Ao contrário, tentaram dificultar ao máximo a entrada dos caminhões, uma vez que colocaram uma corrente com cadeado na porteira que dá acesso a Fazenda.” (Jornal Opinião, 24/11/2008 – Arquivo CPT de Marabá).

Lembranças desse tempo de moradia coletiva nos barracos de lona, uns próximos dos outros, designado por Wood *et al.*, (2015) como “ajuntamentos humanos”, que se apresentam por grupos de pessoas constituídas por individualidades e singularidades reunidas, mas que mantêm sua própria identidade e diferenças, simbolizaram os passos de reconhecimento do direito de viver na terra (Figura 3).

A trajetória de famílias agricultoras que se fixam em assentamentos na região do sudeste paraense, geralmente é marcada por situações dramáticas, tensas, que exigem resistência e tolerância no processo de conquista pela terra (MORENO; GUERRA, 2012). Para os assentados do Porto Seguro, as desocupações foram os períodos mais penosos e marcantes:

“Era muito difícil quando a gente tinha que sair e deixar as coisas da gente aqui. Não podia levar os bichos e nem as plantas. Perdia quase todas as roças e quando a gente voltava tinha que começar tudo do zero.” (E. M. L. - 54 anos, assentado)

“A parte mais difícil era quando a polícia vinha e tirava a gente. Eles vinham de madrugada, tudo armado, tratavam a gente feito bandido (silêncio). As

crianças se assustavam com medo.” (O. A. C. – 65 anos, assentado)
 “Teve uma desocupação que eles vieram de madrugada aqui e a gente não tinha nada arrumado. Eu tive que sair pegando os bichos e as coisas no maior desespero porque eu não podia deixar as coisas pra trás, né?!” (E. M. L. - 54 anos, assentado)

Figura 3 - Infraestrutura e episódios que marcaram o período de acampamento.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

A) Barracos construídos pelas famílias no acampamento com a bandeira do movimento arqueada. B. Trabalhadores rurais descansando. C. Trabalhadores rurais se organizando para saírem da área durante uma ação de despejo, em cumprimento à ação de reintegração de posse. D. Policiais armados realizando despejo em 07/07/2005. E. Reunião da CPT e STR de Marabá com os trabalhadores rurais. F. Trabalhadores rurais ocupando a Sede do INCRA em Marabá, PA. Fotos: CPT de Marabá (Arquivo).

Esse sentimento de injustiça deixado pelas ações de reintegração de posse se relaciona com o descrito por Pereira e Rothman (2005), quando afirmam que a retirada do trabalhador rural da terra, que é seu principal meio de produção, moradia e trabalho, compromete não só a sobrevivência, mas como também fere a dignidade dessas famílias. Apesar dos sucessivos episódios de desocupação, das incertezas de permanência na terra e após três anos acampados, os trabalhadores rurais decidiram, em 2007, em dividir a área em lotes e sortear entre eles. Essa decisão culminou no estabelecimento e cultivo em áreas próprias e conforme as preferências individuais, o que muito contribuiu na diversidade dos recursos produtivos, tal como se observa atualmente.

Considerado por Oliveira (2001), Medeiros (2001) e Silva (2007) como ato político e social, as ocupações têm como principal resultado a criação do assentamento rural, que apesar de representar um avanço na luta pela terra, apresenta também uma série de desafios a serem enfrentados, uma vez que para garantir o desenvolvimento social e econômico, os assentados precisam ainda superar inúmeros empecilhos para permanecerem e se reproduzirem nos lotes. Desde a chegada dos trabalhadores rurais na área da Fazenda Balão II, foram 12 anos de ocupações, reuniões e processos jurídicos que se “encerraram” com a criação do assentamento, e que deu início a um novo ciclo de identidade, agora na condição de assentados. Nessa nova etapa, a conquista da terra significa “[...] a realização de um sonho, de vida digna e liberdade de trabalho” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos), onde a permanência nela tem caráter de compensação pelos longos anos de insegurança e conflitos proporcionados pelas ocupações.

A VIDA APÓS OS ACAMPAMENTOS E O SURGIMENTO DO PDS PORTO SEGURO

Criado a partir de uma decisão sociopolítica da Superintendência Regional de Marabá (SR – 27) em novembro de 2016, o Porto Seguro é o segundo assentamento na modalidade PDS na região, e oriunda da concepção de um novo modelo de reforma agrária pautada no desenvolvimento sustentável através da produção eficiente aliada às regras básicas do ecossistema florestal. As famílias assentadas nessa modalidade fazem uma gestão coletiva e se responsabilizam pelo uso consciente dos recursos da floresta buscando autossuficiência econômica, ambiental e social (MACIEL *et al.*, 2020).

Um dos principais motivos que impulsionaram a criação desse assentamento no modelo PDS é atribuído a questão ambiental, dado que a área da Fazenda Balão II, ocupada pelos trabalhadores rurais, era constituída majoritariamente por vegetação nativa. O parecer do INCRA (2014) informou que este local, após artifício jurídico do proprietário e seus representantes legais, foi designado como reserva legal e compensação ambiental considerando o novo Código Florestal (Art.3º item IV), portanto, sendo proibido o corte raso mesmo em áreas consolidadas.

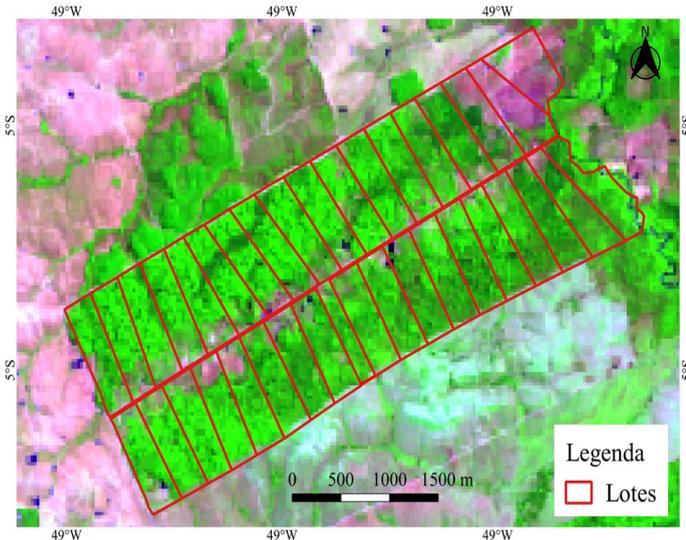
Nesse íterim, o trabalho político-pedagógico da CPT junto com o STR e FETAGRI foi fundamental, visto que a preservação ambiental da área, por parte dos trabalhadores rurais tinha caráter estratégico, político e de manutenção com o intuito de evitar denúncias por parte do fazendeiro, ou ação da polícia e da justiça, o que poderia inviabilizar a criação do assentamento. Diante disso, o INCRA avaliou a presença das famílias há mais de uma década, além de suas formas de manejo consciente e responsabilidade ambiental, para decidir assentá-las. Como condicionantes, os agricultores deveriam cumprir os fundamentos básicos de produção não predatória, atendendo ao cumprimento da legislação ambiental

brasileira.

Mediante isso, as estratégias de sobrevivência adotadas pelos assentados seguem o plano de uso (PU) do território, elaborado em 2016 por uma equipe multiprofissional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá (SEMMA) e os próprios assentados; que serve como “guia” para a execução de práticas agrícolas, florestais, extrativistas, artesanais e de pesca de modo que não haja destruição das bases ecológicas da produção e que permitam sua manutenção ao longo dos anos. O PU possui 90 itens que definem as estratégias produtivas, o uso das áreas comuns, a inserção de novos moradores, as intervenções agroextrativistas onde fica proibido o uso de defensivos e insumos agrícolas químicos, o manejo de produtos madeireiros e não-madeireiros, criação de animais, uso do fogo, fiscalização e penalidades.

O não cumprimento de quaisquer normas no PU sujeita o infrator às penalidades de Advertência verbal, Advertência por escrito e Comunicação oficial ao INCRA. Se comprovada a quebra de compromisso o morador poderá ainda perder os direitos de uso. Atualmente as famílias têm a concessão de uso que legaliza a ocupação tradicional dos assentados, divididos em 37 lotes de seis alqueires (Figura 4), que são de fácil acesso devido as condições favoráveis das estradas.

Figura 4 - Delimitação dos lotes do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro.



Fonte: INCRA, elaborado por Amorim (2021).

Desde 2015, os assentados se organizam através da Associação dos Pequenos

Agricultores do PDS Porto Seguro (ASPEAGRI) que os representa juridicamente e é a principal ponte entre as necessidades e anseios do grupo com os órgãos públicos gestores da política agrária. As reuniões que definem tais necessidades ocorrem mensalmente e são decididas de forma democrática. Na área do PDS há uma escola que está inativa há seis anos por falta de demanda e duas igrejas evangélicas onde se concentram as principais atividades de lazer. Não há qualquer assistência à saúde, segurança e saneamento básico. Quanto à moradia, o modelo das casas dos assentados é normalmente de madeira ou taipa, coberta com telhas ou palhas. A origem da água para consumo e outros serviços é proveniente de poços amazonas ou artesianos.

A dinâmica socioeconômica é pautada na pequena produção familiar organizada em sistemas agroflorestais, roças temporárias, criação de animais de pequeno porte e extrativismo de espécies florestais. A seleção das espécies mais utilizadas nos sistemas produtivos (Tabela 1) é feita para atender à necessidade familiar e do mercado local.

A Tabela 1 é um demonstrativo da variedade de recursos da agrobiodiversidade a partir das próprias experiências dos agricultores, que selecionam, experimentam e trocam sementes e mudas em seus sistemas de cultivo. Tais práticas foram estimuladas pelos órgãos e entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (FETAGRI) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) que dão apoio por meio de cursos, doação de sementes, visitas e dias de campo em outras unidades familiares da região:

“O nosso papel foi de ser animador, incentivador! Pelo INCRA a única opção que tinha era tirar o pessoal de lá, e nós mostramos que não, que tinha como ficarem e seguirem um modelo sintrópico de produção. Nós oferecemos cursos, capacitação e visitas pra conhecerem outros agricultores. O pessoal do PDS foram os que mais receberam capacitação pra poder produzir respeitando o uso dos recursos naturais, e os sistemas agroflorestais foram estimulados com esse objetivo.” (F. A. S. – 42 anos, Agente de Pastoral da CPT)

Iniciativas dessa natureza estimulam a adoção de condutas que equilibrem os ganhos sociais e econômicos com os ambientais por meio da troca de saberes entre agricultores, reforçando a ideia de Machin Sosa *et al.* (2012, p.70) de que “quando o camponês vê, ele acredita”. Sob essas questões, Caporal e Costabeber (2007) consideram que as ações de extensões rurais devem se valer do conhecimento dos agricultores, pois estes são a base de um potencial endógeno capaz de impulsionar um modelo de desenvolvimento local.

Tabela 1- Espécies cultivadas nos sistemas produtivos do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro. (SAFs: sistema agroflorestal; R: roça; F: floresta).

FAMILÍA/etnoespécie	Nome científico	Sistema de Produção
ANACARDIACEAE		
Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	SAFs
Cajá	<i>Spondias</i> sp.	SAFs
Manga	<i>Mangifera indica</i> L.	SAFs
ANNONACEAE		
Biribá	<i>Annona mucosa</i> Jacq.	SAFs
Graviola	<i>Annona muricata</i> L.	SAFs
APIACEAE		
Cheiro verde	<i>Petroselinum crispum</i> (Mill.) Fuss	R
Chicória	<i>Eryngium foetidum</i> L.	R
ARECACEAE		
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	SAFs/F
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	SAFs
Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.	SAFs
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth.	SAFs
ASTERACEAE		
Alface	<i>Lactuca sativa</i> L.	R
BIGNONIACEAE		
Ipê	<i>Tabebuia heptaphylla</i> (Vell.) Toledo	SAFs/F
BRASSICACEAE		
Couve	<i>Brassica oleracea</i> L.	R
BROMELIACEAE		
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merrill	SAFs/R
CARICACEAE		
Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	SAFs
CUCURBITACEAE		
Abóbora	<i>Cucurbita moschata</i> Duchesne	R
Melancia	<i>Citrullus vulgaris</i> Schrad.	R
DIOSCOREACEAE		
Cará	<i>Dioscorea guianensis</i> R. Knuth	SAFs/R
EUPHORBIACEAE		

▶▶

Tabela 1- Espécies cultivadas nos sistemas produtivos do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro. (SAFs: sistema agroflorestal; R: roça; F: floresta)(cont.).

Mandioca	<i>Manihot</i> sp.	SAFs/R
FABACEAE - CAES.		
Amarelão	<i>Apuleia leiocarpa</i> (Vogel) J.F. Macbr.	SAFs/F
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	SAFs/F
FABACEAE		
Amendoim	<i>Arachis hypogaea</i> L.	R
Copaíba	<i>Copaifera multijuga</i> Hayne	SAFs/F
Cumarú	<i>Dipteryx odorata</i> (Aubl.) Willd.	SAFs
Fava	<i>Phaseolus lunatus</i> L.	SAFs/R
FABACEAE		
Ingá	<i>Inga edulis</i> Mart.	SAFs
FABACEAE		
Feijão	<i>Vigna unguiculata</i> L. Walp	SAFs/R
LECYTHIDACEAE		
Castanha do Pará	<i>Bertholletia excelsa</i> Bonpl.	SAFs/F
MALPIGHIACEAE		
Acerola	<i>Malpighia puniceifolia</i> L.	SAFs
Murici	<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.) Kunth	SAFs
MALVACEAE		
Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.	SAFs
Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	SAFs
MUSACEAE		
Banana	<i>Musa</i> sp.	SAFs
MYRTACEAE		
Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.	SAFs
PASSIFLORACEAE		
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> Sims	SAFs
PIPERACEAE		
Pimenta do reino	<i>Piper nigrum</i> L.	R
POACEAE		
Milho	<i>Zea mays</i> L.	R
RUTACEAE		



Tabela 1-Espécies cultivadas nos sistemas produtivos do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro. (SAFs: sistema agroflorestal; R: roça; F: floresta). (cont.)

Laranja	<i>Citrus sinensis</i> L. Osbeck	SAFs
Limão	<i>Citrus</i> L.	SAFs
Tanja Pocã	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	SAFs
SAPOTACEAE		
Maçaranduba	<i>Manilkara Huberi</i> Chevalier	SAFs/F
SAPINDACEAE		
Pitomba	<i>Talisia</i> sp.	SAFs
SOLANACEAE		
Pimenta de cheiro	<i>Capsicum annum</i> L.	R

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Como geração de renda, os agricultores comercializam o excedente da produção de suas unidades familiares em feiras na área urbana de Marabá. No entanto, desde o ano de 2016 os pontos de venda do PDS se expandiram após o apoio da Universidade do Estado do Pará e, posteriormente, da Comuna do Cepasp⁶ e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, que cedem seus espaços para a realização das feiras agroecológicas. Para tanto, contam com assessoria da Comissão Pastoral da Terra e da Secretaria Municipal de Agricultura de Marabá. Nesses espaços, a presença feminina se sobressai revelando o importante papel das mulheres na obtenção de renda.

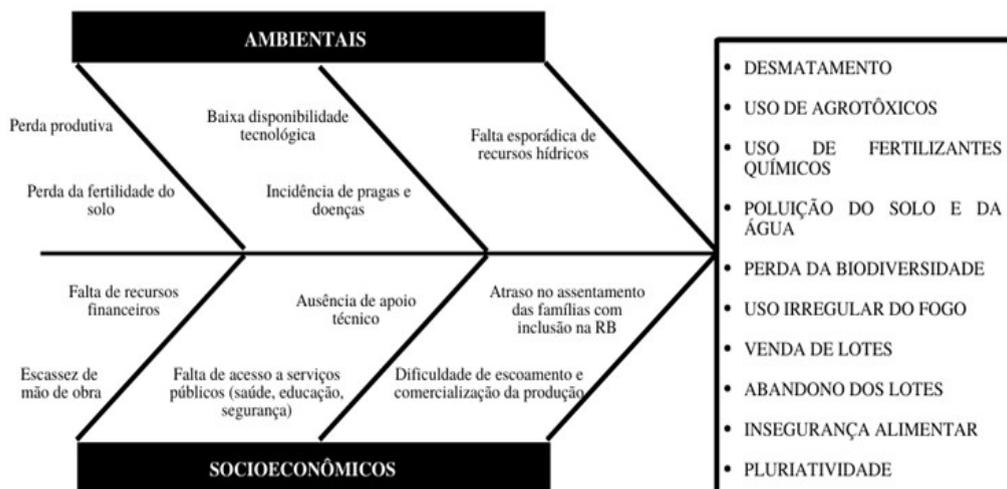
“Antes nós vendíamos a produção nas feiras de Marabá. Eu ia todo final de semana lá pra 28 (feira municipal). Com o apoio que nós recebemos das universidades, CPT, SEAGRI, FETAGRI e da Comuna é que passamos a ter a feira todo sábado aqui no novo horizonte (bairro) e nas universidades uma vez por mês. Isso foi muito bom pra nós porque agora os clientes sabem onde a gente fica.” (M. L. G. M. – assentado, 50 anos)

Mesmo sendo um modelo de assentamento que se diferencia ambientalmente da maioria encontrada na região, os assentados do Porto Seguro ainda encontram uma série de dificuldades causadas por fatores primários (ambientais e socioeconômicos)

⁶ O Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp) é uma Ong fundada em 24 de outubro de 1984 com objetivo de apoiar e assessorar os movimentos populares de Marabá. Em setembro de 2017 criou a “Comuna Cepasp” com o objetivo de promover formas de sociabilidade tendo como pilares as solidariedades entre as pessoas. A partir de março de 2018 passou a apoiar os agricultores familiares do PDS Porto Seguro com a realização da Feira Camponesa Comunal em frente à sua sede, no bairro Novo Horizonte, cidade de Marabá.

e secundários que exercem efeitos negativos nos recursos naturais e na comunidade (Figura 5).

Figura 5 - Causa e efeito das dificuldades encontradas pelos agricultores no Projeto de Desenvolvimento Sustentável, Marabá/PA.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

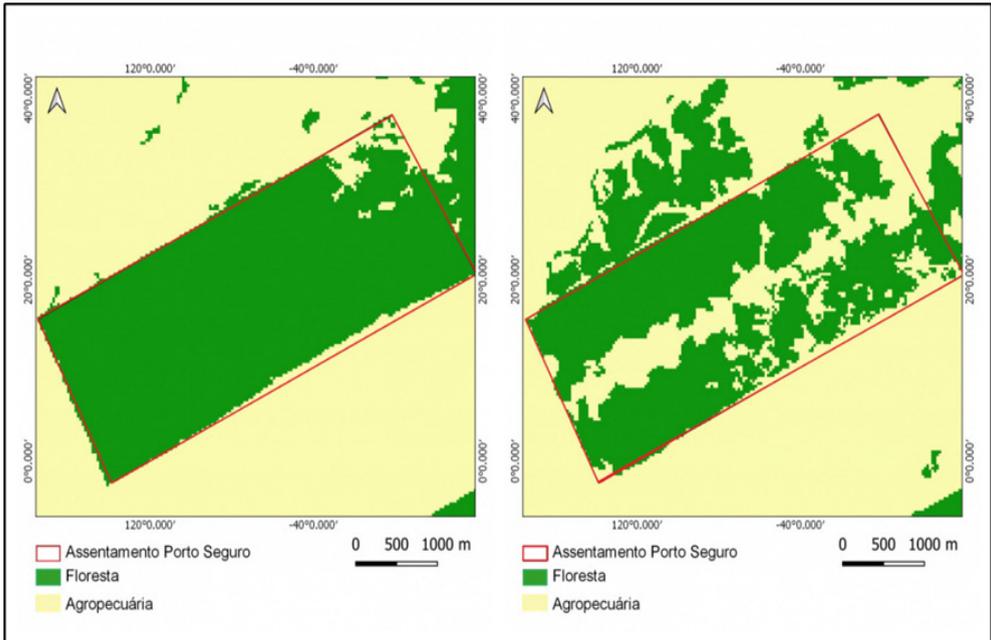
Observa-se que as dificuldades encontradas pelos agricultores têm desencadeado uma série de ações que favorecem a degradação ambiental, o êxodo rural, o abandono, a comercialização das próprias terras/ou parte delas e a inserção de atividades não-agrícolas complementares. Destaca-se ainda que parte dessas dificuldades são relativas aos entraves criados pelo próprio INCRA nos últimos anos, sobretudo a partir de momento em que o Governo Federal determinou a suspensão de aquisição e desapropriação de terras pela autarquia, inclusive áreas com assentamentos criados, cujos pagamentos haviam sido concluídos como é o caso do PDS Porto Seguro⁷. Esses obstáculos impedem os agricultores de acessar as políticas de assistência técnica e fomentos direcionados à agricultura familiar, uma vez que ainda não foram inseridos na relação de beneficiários da reforma agrária. Apesar de apresentar ainda muitos problemas de ordem social e econômica, o assentamento é definido pelos entrevistados como um ótimo lugar para se viver.

⁷ Nenhuma família foi assentada nos 66 Projetos de Assentamentos criados no governo Dilma em 2016, em razão da paralização da política de reforma agrária nos governos Temer e Bolsonaro. Cf. Folha de São Paulo, 23/11/2019; O Globo, 22/12/2019.

ESPAÇO GEOGRÁFICO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

É notório que os trabalhos políticos-pedagógicos da CPT e do STR de Marabá influenciaram nas tomadas de decisões dos trabalhadores rurais que ocupavam a Fazenda Balão II, especialmente com relação à preservação de grande parte da floresta nativa e ao modelo de assentamento (PEREIRA et al, 2018). Contudo, a implantação das atividades de subsistência e geração de renda transformaram negativamente parte da paisagem local. Machado (1998) destaca que nos momentos iniciais das ocupações de terras as questões prioritárias referem-se à manutenção e sobrevivência do grupo, ficando a questão ambiental em segundo plano. Apesar de haver um discurso preocupado com a conservação ambiental por parte dos líderes, muitas vezes não há pensamento compartilhado do grupo em virtude das carências de recursos e por hábitos e crenças anteriores. De acordo com o Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil (MapBiomas) é possível observar que, desde a chegada dos ocupantes em 2004 à área até 2019, ocorreram relevantes mudanças na cobertura da terra com a conversão de áreas florestais em áreas antropizadas (Figura 6).

Figura 6 - Mapa de uso da terra do assentamento Porto Seguro nos anos de 2004 e 2019, respectivamente.

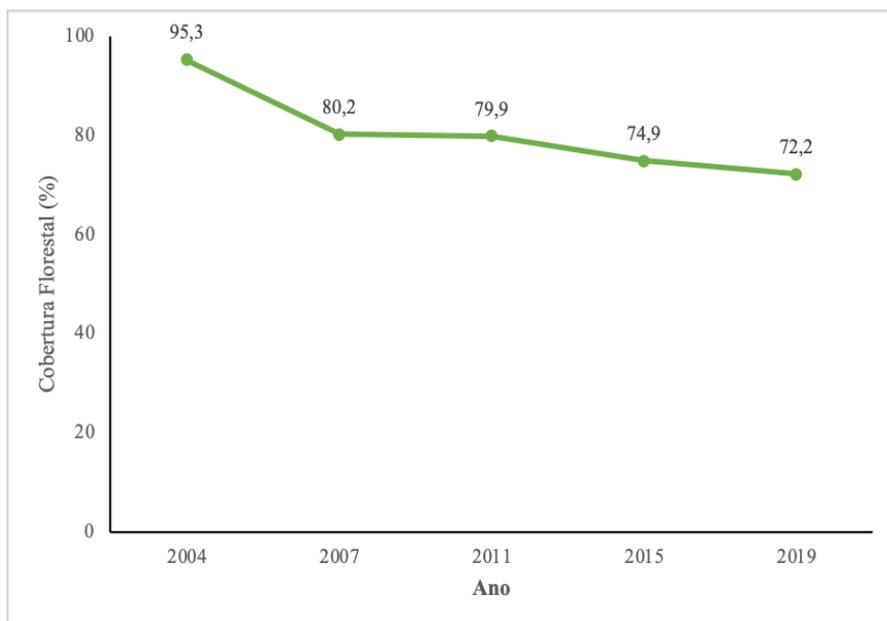


Fonte: MapBiomas (2020), adaptado pelos autores.

Na Figura 6 verifica-se que as principais mudanças resultaram em uma concentração de área antropizada no centro e no canto inferior direito do assentamento. Essa conversão de área florestal em área antropizada é resultado da abertura da estrada principal que permite o acesso aos lotes, a implantação de culturas de subsistência e a ocorrência de incêndios que se alastraram de fazendas vizinhas que criam gado bovino e atingiram parte do assentamento em 2015 e 2016: “O fogo veio da propriedade que fica aqui do lado do assentamento e foi rápido demais. Acabou com quase toda a nossa plantação.” (I. J. S. – assentado, 35 anos).

O uso do fogo é uma prática antiga de limpeza e manutenção da fertilidade bastante comum na Amazônia, e traz uma série de consequências ambientais (MESQUITA, 2008) e sociais (GONÇALVES *et al.*, 2012; CONCEIÇÃO *et al.*, 2020). No atual Código Florestal (Lei nº 12.651/ 2012), o uso do fogo na vegetação é proibido, exceto em locais que justifiquem seu emprego em práticas agropastoris ou florestais, mediante prévia aprovação pelo órgão estadual ambiental, em caso de queima controlada em Unidades de Conservação e para pesquisa científica aprovada pelos órgãos competentes (BRASIL, 2012). Embora o amparo legal, a falta de fiscalização contribui para que os incêndios se alastrem e destruam a vegetação nativa, ameaçando também a segurança e os sistemas dos agricultores.

Gráfico 1 - Porcentagem da cobertura florestal no PDS Porto Seguro de 2004 a 2019.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

A partir da análise multitemporal das imagens de satélite foram obtidos os dados referentes ao volume da cobertura florestal do PDS Porto Seguro. No Gráfico 1 estão descritos os valores em porcentagem no universo temporal compreendido de 2004 a 2019 que permite perceber as modificações do espaço geográfico.

As taxas de desflorestamento na área de estudo foram maiores nos primeiros anos de ocupação (2004 – 2007) e totalizaram uma perda de 15,1% da cobertura florestal. Nos anos seguintes a perda florestal manteve-se igual ou menor que 5%. Estes percentuais elevados se correlacionam com as observações que Sampaio *et al.* (2004) e Watrin *et al.* (2005) fizeram com relação ao PA Agroextrativista Praia Alta e Piranha e de Amorim *et al.* (2020) com relação ao PA 26 de março, que mostraram alterações significativas dos padrões originais de área florestal nos primeiros anos de ocupação. Esta realidade é considerada comum em zonas de grande fluxo populacional em busca de terras e melhores condições de sobrevivência (SAMPAIO, 2008).

Até 2019 a cobertura florestal do PDS Porto Seguro representava 72,2% do total do território, denotando a prevalência da vegetação nativa. Entretanto, vale ressaltar que esse percentual é menor que o observado por Paiva e Baptista (2017) em assentamentos rurais e em terras indígenas no Oeste do Pará e no Sul do Amazonas, onde há predominância de atividades sustentáveis e cujo tamanho de área florestada foi de 81,3% e 80%, respectivamente. As implicações da perda de floresta do PDS acarretam danos que podem fragilizar a produtividade agrícola:

“A produção tá caindo a cada ano que passa. A terra tá cansada e o único jeito que nós temos é mudar o local onde faz as roças.” (B. B. F. – 59 anos, assentado)

“Quando nós chegamos aqui era tudo mata com muita cobra e onça. Precisava ter bastante cuidado. Hoje em dia, elas (as cobras) aparecem mais no inverno mesmo, e acho que ainda tem onça por aí, só é mais difícil de aparecer.” (O. A. C. – 65 anos, assentado)

A conservação da floresta foi analisada por Fearnside (2003) como fundamental por gerar serviços ambientais essenciais, como: a regulação do clima; ciclagem de nutrientes; formação do solo; controle da erosão; produção de alimentos e matérias-primas. Para além desses benefícios, Matos *et al.* (2020) estudando os residentes da área de conservação do Lago de Tucuruí, observaram que a floresta em pé contribui para que as famílias rurais tenham qualidade de vida garantida através da geração de renda, de alimentos e remédios. Sob o ponto de vista dos assentados do Porto Seguro, os ambientes florestais são fundamentais para a manutenção da vida e motivo de orgulho e conquista:

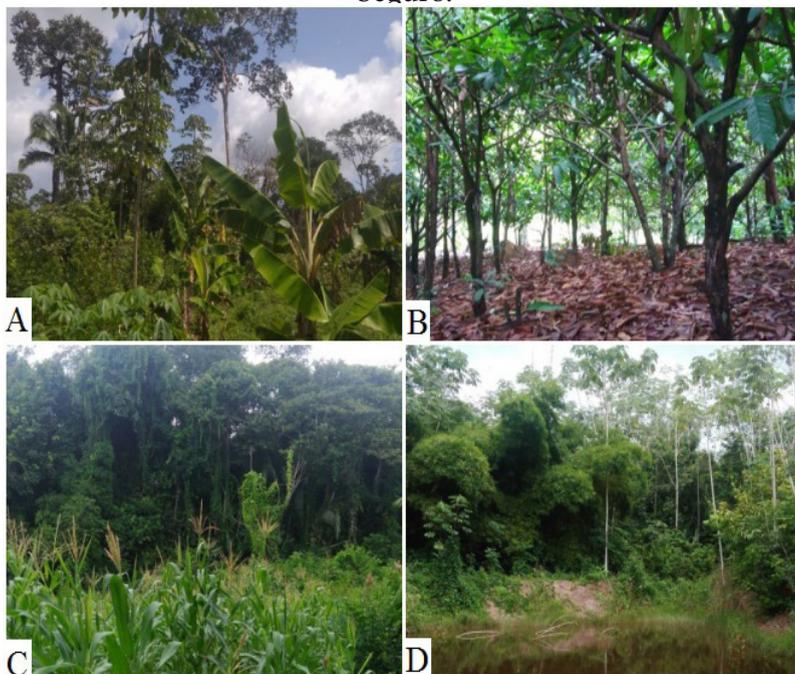
“Essa floresta representa minha vida. É tudo pra mim.” (J. A. L. - 36 anos, assentado).

“Planta é vida, é tranquilidade. Se tirar a floresta vai ser ruim por causa do aquecimento global.” (M. E. M. - 54 anos, assentado).

“Essa área aqui (apontando para o quintal) e a floresta é a realização de um sonho.” (I. J. S. - 34 anos, assentado).

Todavia, é necessário estimular o planejamento racional na extração de produtos vegetais a fim de evitar sérios prejuízos aos estabelecimentos agrícolas, principalmente os familiares, uma vez que os recursos explorados tendem a ser esgotados (PORTER-BOLLAND *et al.*, 2012; BRITO; HENTZ, 2019). Quanto às áreas antropizadas constatou-se durante as visitas ao PDS que, em sua maioria, são constituídas por sistemas produtivos diversificados, atendendo aos princípios agroecológicos os quais se refletem diretamente na preservação da biodiversidade local (Figura 7).

Figura 7- Sistemas produtivos observados nas unidades familiares do PDS Porto Seguro.



A - B Sistema agroflorestal com espécies florestais, agrícolas e frutíferas. C. Roça temporária de milho (*Zea mays*). D. Área florestal e represa. Fonte: Dados da Pesquisa.

Fonte: Acervo da pesquisa.

A falta de incentivo financeiro e de apoio ao manejo das espécies, da qualidade do solo e da manutenção das práticas sustentáveis realizadas pelos agricultores familiares do PDS Porto Seguro, têm pressionado as famílias a buscarem alternativas de permanência e sobrevivência através da conversão de área florestal em área antropizada. Nesse sentido, a regulamentação da área e o assentamento de todas as famílias por parte do INCRA e as orientações técnicas são imprescindíveis diante das restrições às quais os agricultores são submetidos, pois essa é uma forma de potencializar a produção tendo em vista a conservação dos recursos naturais (CORRÊA; MANESCH, 2018) e de não pôr em risco a perda, em alguns anos, da modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável sob a qual o assentamento foi criado.

CONCLUSÃO

A luta dos agricultores do PDS Porto Seguro ainda continua e não foi superada com a criação do assentamento, pelo contrário, os esforços de permanência e sobrevivência na terra se remodelaram com as novas dificuldades econômicas, produtivas, ausência de assistência técnica, falta de infraestrutura básica de saúde e segurança que impacta diretamente a vida dos assentados. As transformações que ocorreram no espaço geográfico, após quinze anos da chegada dos agricultores à área, demonstram predominância de 72,2% de vegetação nativa, mas as sucessivas invasões de fogo oriundo de áreas limítrofes têm gerado perdas significativas de volume florestal anualmente, além de ameaçar os sistemas dos agricultores, que precisam de amparo de órgãos públicos para apoiar e orientar as suas atividades.

Os assentados mantêm um padrão de vida simples em casas de madeira ou de taipa, coberta com telhas ou palhas. A organização produtiva do assentamento é fundamentada nos conhecimentos tradicionais para o uso sustentável e conservação dos recursos vegetais por meio da agricultura familiar. No entanto, muito ainda tem para ser pesquisado no que se refere às dinâmicas e ao futuro socioproductivo do PDS Porto Seguro. Como ficará o PDS Porto Seguro diante da paralização da reforma agrária pelo Governo Federal e das dificuldades ambientais e socioeconômicas? As restrições produtivas estão relacionadas com o manejo inadequado com as condições naturais de fertilidade? As pressões externas influenciam na adoção de estratégias produtivas do PDS Porto Seguro? Essas questões reforçam a pertinência das investigações envolvendo esse território.

AGRADECIMENTOS

Os autores da pesquisa em questão expressam seus agradecimentos à generosidade, disponibilidade e acolhida dos agricultores familiares do PDS Porto

Seguro que, através das suas histórias, mostraram a riqueza da vida no campo, e à Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa – FAPESPA (005/2019) pelo suporte financeiro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses; LUCENA, Reinaldo; ALENCAR, Nelson. Métodos e técnicas para coleta de dados etnobiológicos. In: ALBUQUERQUE, Ulysses; LUCENA, Reinaldo; CUNHA, Luiz (Orgs.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife, PE: NUPPEA, p. 41-64, 2008.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. **Fontes históricas**, v. 2, p. 155-202, 2005.

ALMEIDA, Francilete. **Assentamentos rurais no sudeste paraense: novos territórios rurais e a pluriatividade como estratégia de reprodução social no PA Belo Vale, Marabá- PA**. 2016, 106 p. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016. Disponível em: <https://pdt.sa.unifesspa.edu.br/images/finalFrancilete.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

ALMEIDA, José Jonas. Políticas públicas e comunidades da Amazônia: o caso da Velha Marabá (1970-2000). URBANA: **Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade**, v. 8, n. 2, p. 44-59, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v8i2.8643591>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

ALMEIDA, Karina Miranda *et al.* Avaliação estrutural do solo no projeto de desenvolvimento sustentável Porto Seguro, Marabá-PA. **Revista Craibeiras de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/era/article/view/6388>. Acesso em: 2 de mai. 2020.

ALVES, Flamarion. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. **Revista NERA**, v. 22, n. 48, 2019.

AMORIM, Ismael Alves *et al.* Dinâmica do desmatamento em área de assentamento de reforma agrária no sudeste paraense. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 78, p. 21-35, 2020.

ASSIS, William; OLIVEIRA, Myriam; HALMENSCHLAGER, Fábio. Dinâmicas territoriais e as complexidades das áreas de fronteira agrária na Amazônia oriental. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2008. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/303>. Acesso em: 21 de ago. 2020.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2011. p. 329-341.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto editora, 1994.

BRASIL. **Decreto Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012**. Institui o Novo Código Florestal Brasileiro. Brasília, DF, 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm Acesso em: 10 de set. 2020.

BRITO, Maira; MELLO, Andréa Hentz. Diversificação da produção e seus efeitos na Assentamento Piquipa I. **Revista Agenda Social**, v. 13, n. 2, p. 11-24, 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARDOSO, Ana Claudia; LIMA, José Júlio. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/285/520>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CONCEIÇÃO, Dannicia et al. O Impacto das Queimadas na Saúde Pública. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 59498-59502, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15202>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

CORRÊA, Igor Luiz; MANESCHY, Rosana Quaresma. A agroecologia na gestão ambiental de agroecossistemas: assentamentos rurais na Amazônia brasileira. **Universidade e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.reumam.net/index.php/revista/article/view/23>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

COSTA, Mara Cristina; PORRO, Roberto. Assentamentos convencionais e projetos de desenvolvimento sustentável em Anapu, Pará: percepções locais da trajetória de implementação. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2, p. 63-98, 2019. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/376>. Acesso em: 14 de set. 2020.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta Pela Terra** – DATALUTA: Banco de Dados, 2004. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutabrasil.html>. Acesso em: 19 de ago. 2020.

DELGADO, Lucília. **História oral-memória, tempo, identidades**. Autentica, 2017.

FEARNSIDE, Philip M. **A floresta amazônica nas mudanças globais**. Editora INPA, 2003.

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina; PINTO, José Marcelino. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 562-571, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822014000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 de set. 2020.

GARNICA, Antonio Vicente. O escrito e o oral: uma discussão inicial sobre os métodos da História. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 5, n. 1, p. 27-35, 1998.

GONÇALVES, Karen; CASTRO, Hermano; HACON, Sandra. As queimadas na região amazônica e o adoecimento respiratório. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1523-1532, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000600016&script=sci_arttext. Acesso em: 6 de set. 2020.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, Trabalho e Memória Política: Trabalhadores Rurais, Conflito Social e Medo na Amazônia (1970–1980). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 6, n. 11, p. 129-146, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/19849222.2014v6n11p129>. Acesso em: 17 de set. 2020.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: Ed. da UFPA (v. II), 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Marabá**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama> Acesso em: 20 out. 2019.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 16 ago. 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projetos de Reforma Agrária conforme Fases de Implementação. **Relatório**. 334 p. 2019.

_____. Instrução Normativa nº 65 de 27 de dezembro de 2010. **Estabelece critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Assentamento**. Publicada no D.O.U. 31/12/2010. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/instrucao-normativa-65-2010_77816.html

LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 111-130, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2010000100008&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 15 de set. 2020.

MACHADO, Antônio Maciel. Educação ambiental para desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais: contribuições de um estudo de representações sociais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 125-136, 1998. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8931>. Acesso em: 1 de set. 2020.

MACHÍN SOSA, Braulio *et al.* Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba. **São Paulo: Outras Expressões**, 2012.

MACIEL, Raimundo Claudio *et al.* Assentamentos sustentáveis na Amazônia: avaliação econômica do projeto de desenvolvimento sustentável Bonal. **Revista de Estudos Sociais**, v. 21, n. 43, p. 45-62, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/download/8563/html?inline=1>. Acesso em: 2 de set. 2020.

MAISONNAVE, Fabiano. Sob Bolsonaro, Incra paralisa assentamentos em 66 projetos de reforma agrária. São Paulo, **Folha de São Paulo**, 23/11/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/sobbolsonaroincraparalisaassentamentos-em-66-projetos-de-reforma-agraria.shtml?origin=folha>. Acesso em:

11 jan. 2021.

MARCHETTI, Fábio *et al.* Caminhos da reforma agrária no Brasil e suas implicações para a agrobiodiversidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 28, n. 2, p. 284-311, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Marchetti/publication/341799001_Caminhos_da_reforma_agraria_no_Brasil_e_suas_implicacoes_para_a_agrobiodiversidade/links/5ee93b8f92851ce9e7ea2f0a/Caminhos-da-reforma-agraria-no-Brasil-e-suas-implicacoes-para-a-agrobiodiversidade.pdf. Acesso em: 12 de mai. 2020.

MAZZETTO, Carlos Eduardo. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. **Revista Geografias**, p. 46-63, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13217>. Acesso em: 5 de mai. 2020.

MAZUTTI, Amarildo José. **Acumulação por desapossamento: o caso do Polígono dos Castanhais, Amazônia brasileira**. 2019. Dissertação (mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 195 p., 2019.

MARZOCHI, Andréa. Procedimentos metodológicos de pesquisa com jovens infratores: a importância da história oral. **Resgate**, 2013.

MATOS, Letícia Sousa; SERRA, Anderson Borges. As florestas no meio de vida das famílias do Mosaico de unidades de conservação do Lago de Tucuruí, Pará. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 15, n. 1, p. 48-56, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7283557>. Acesso em 26 de mai. 2020.

MEDEIROS, Leonilde. Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. **Una nueva ruralidad en América Latina**, p. 103-128, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929012955/7medeiros.pdf>. Acesso em: 30 de mai 2020.

MEIHY, José Carlos. **Manual de história oral**. Edições Loyola, 2005.

MESQUITA, Antônio Gilson. Impactos das queimadas sobre o ambiente e a biodi-

versidade acreana. **Revista Ramal de Ideias**, v. 1, n. 1, p. 2008-2009, 2008.

MICHELOTTI, Fernando. Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. **Antropolítica**, p. 245-266, 2009.

MOTTA, Luiz. **Plugin para pesquisa espacial no QGIS. 2010**. Disponível em: <https://plataforma.alerta.mapbiomas.org/plugins>. Acesso em: 23 de dez. 2019.

MONTEIRO, Aianny Naiara; DE VASCONCELOS, Tatiane; TRECCANI, Girolamo Domenico. Impasses e desafios da regularização fundiária para comunidades tradicionais na Amazônia. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2, p. 39-62, 2019. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/385>. Acesso em: 13 de mai. 2020.

MORENO, Glaucia; GUERRA, Gutemberg Armando. O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense. **Revista NERA Presidente Prudente Ano**, v. 15, n. 21, p. 79-99, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 de set. 2020.

OLIVEIRA, Robson Quintino; CARLEIAL, Liana Maria. Desenvolvimento amazônico: uma discussão das políticas públicas do Estado brasileiro. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.faflo.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/90>. Acesso em: 9 de jul. 2020.

_____. PORTARIA/INCRA/P/Nº 1032, DE 25 DE OUTUBRO DE 2000. Aprova a Metodologia para Implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências. Publicada no DOU de 26/10/2000 (nº 207, Seção 1, pág. 11). Acesso em: 16 ago. 2020.

PAIVA, Yuri Roberta; BAPTISTA, Gustavo. Avaliação da cobertura florestal em assentamentos rurais e terras indígenas na Amazônia Legal em 2015, por meio de imagens orbitais do satélite Landsat-8 OLI. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 69, n. 7, p. 1427-1445, 2017.

PALHETA, João Marcio; SILVA, Christian; MEDEIROS, Gláucia. Territórios com mineração na região sudeste do Pará–Norte do Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 281-308, 2015. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6456/3402>>. Acesso em: 06 out. 2020.

PEREIRA, Airton; ROTHMAN, Franklin Daniel. Ocupações espontâneas, conflitos e violência pela posse da terra no Araguaia. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 220, 2005. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsul.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/303/250>. Acesso em: 02 set. 2020.

PEREIRA, Airton. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. 1. ed. Recife (PE): Editora UFPE, 386p., 2015.

PEREIRA, Airton *et al.* PDS Porto Seguro: assentamento indutor do desenvolvimento agrícola sustentável. In: SANTOS, Seidel *et al.* **Bioculturalidade, conservação e biotecnologia na Amazônia Oriental**. Curitiba-PR: Editora CRV, 189-214, 2018.

PORTER-BOLLAND, Luciana *et al.* Community managed forests and forest protected areas: An assessment of their conservation effectiveness across the tropics. **Forest ecology and management**, v. 268, p. 6-17, 2012.

RIBEIRO, Aline. Governo para 289 processos de reforma agrária. Rio de Janeiro, 2019. **O Globo**, 22/12/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/governo-para-289-processos-de-reforma-agraria-24154395>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SAMPAIO, Sandra Maria. **Dinâmica e Complexidade das Paisagens do Projeto de Assentamento Benfica, Sudeste Paraense**. 2008. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) - EMBRAPA Amazônia Oriental, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2008.

SAMPAIO, Sandra Maria *et al.* Evolução da cobertura vegetal e uso da terra na área do assentamento rural no sudeste paraense: o caso do projeto de assentamento agroextrativista Praia Alta e Piranha. **Embrapa Amazônia Oriental-Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (INFOTECA-E)**, 2004.

SANTOS, Armando *et al.* Metodologia de interpretação de dados de sensoriamento remoto e aplicações no uso da terra. **São José dos Campos: INPE**, 1981.

SILVA, Gildete Evangelista. Narrativas de vida dos assentados no projeto Vale do

Arinos. **Mercator (Fortaleza)**, v. 17, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-22012018000100211&script=sci_arttext. Acesso em: 22 de ago. 2020.

SILVA, Gilvânia Ferreira. A natureza educativa nas ocupações de luta pela terra no Brasil. **Libertas**, p. 50-67 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18216>. Acesso em: 9 de set. 2020.

SOARES, Marcelo. **Assentamentos rurais sustentáveis na Amazônia**. 2017. 143 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017.

SOUSA, Caroline Cristiane; BERNARDO, Marcia Hespagnol. Sem-terra com terra: Resistências cotidianas no assentamento de Araras-SP. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 453-465, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180989082017000200015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2020.

TAVARES, Francinei Bentes. Os conflitos agrários e o processo de reordenamento fundiário na região sudeste do Pará: uma proposta de abordagem a partir da sociologia dos regimes de ação. **Revista IDEAS**, v. 3, n. 3, p. 440-474, 2009. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/2>. Acesso em: 18 de set. 2020.

WATRIN, Orlando dos Santos; CRUZ, Carla Bernadete Madureira; SHIMABUKURO, Yosio Edemir. Análise evolutiva da cobertura vegetal e do uso da terra em projetos de assentamentos na fronteira agrícola amazônica, utilizando geotecnologias. **Geografia**, v. 30, n. 1, p. 59-76, 2005.

WOOD, Charles H.; TOURRAND, Jean-François; TONI, Fabiano (Ed.). **Pecuária, uso da terra e desmatamento na Amazônia**: um estudo comparativo do Brasil, do Equador e do Peru. Editora UnB, 2015.